



Co-funded by the
Europe for Citizens Programme
of the European Union



Sugestões de Política do Parlamento Rural Europeu, Dezembro 2019

As áreas rurais são de importância crucial para a Europa. Abrangem 80% do território da UE, são casa de cerca de 57% da sua população e produzem mais de 46% do VAB (Resolução do PE 2018). Elas fornecem grande parte dos alimentos, madeira, fibra, água e minerais de que precisamos. As economias rurais inteligentes e diversificadas são uma possibilidade, são necessárias ações para mitigar as alterações climáticas e proteger a biodiversidade em toda a Europa rural.

As pessoas rurais merecem a mesma qualidade de vida que as pessoas que vivem nas cidades. Alguns territórios rurais estão bem servidos. Mas outros territórios rurais sofrem de economias em regressão, êxodo de jovens, declínio nos serviços, pobreza e exclusão social. Estes precisam de esforços contínuos de desenvolvimento rural e regional, incluindo um elemento forte de apoio a pequenos agricultores e à diversificação das economias rurais. Algumas áreas periféricas, pouco habitadas ou montanhosas têm necessidades particulares de apoio.

Comunidades rurais por todo o continente têm vontade e capacidade de tomar a iniciativa de fortalecer as suas próprias economias e estruturas sociais. Estas podem, assim, contribuir para os objetivos da EU 2020, de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Num tempo de alienação entre os cidadãos e a missão europeia, estas podem ajudar a reconstruir a ligação com a Europa. Mas necessitam de um apoio genuíno dos governos.

O Parlamento Rural Europeu baseia as suas sugestões no artigo 174 do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), no Manifesto do Parlamento Rural Europeu de 2019 e na Declaração das Pessoas, de Candás.

O Parlamento Rural Europeu apela a uma Agenda Rural para toda a Europa rural e, especialmente, para as áreas rurais mais fracas, baseada numa verdadeira parceria em que a UE, os governos nacionais, os atores rurais e urbanos cooperam. Cidadãos rurais e ONG devem ser vistos como parte da solução. As instituições da UE devem trabalhar mais perto umas das outras.

No âmbito dos poderes delegados pela UE para 2021-2027, pede-se aos governos que considerem a natureza intersetorial do desenvolvimento rural e sejam inclusivos nas políticas, programação e financiamento. O pensamento setorial deve ser substituído por uma abordagem intersetorial.

PAC e outros programas

O Parlamento Rural Europeu apela:

- À harmonização das regulamentações para a PAC e os fundos Regional, Social e Marítimo
- **Que o FEADER volte a integrar o Regulamento de Disposições Comuns**
- À reserva do financiamento para o objetivo temático 8 para as áreas rurais vibrantes nos Planos Estratégicos da PAC propostos (desenvolvimento territorial integrado)
- À disposições integradas para questões rurais no FEDER e no FSE
- Ao compromisso contínuo dos Fundos de Coesão, com o apoio a regiões com economias frágeis.



Co-funded by the
Europe for Citizens Programme
of the European Union



- **A aumentar** a proporção do financiamento da PAC dedicado ao **segundo pilar**, com um enfoque no fortalecimento dos setores secundário e terciário das economias rurais e na manutenção dos serviços rurais e infraestruturas.
- A disposições nestes regulamentos para promover a **simplificação** (como opções de custos simplificados para projetos locais) que ajudarão verdadeiramente as autoridades, os Grupos de Ação Local e os beneficiários; e para o reconhecimento do **valor dos resultados e impactos sociais** tendo benefícios de longo prazo nas aldeias, comunidades e territórios rurais em financiamento baseado no desempenho.
- A que o programa de 2021-2027, aos níveis nacional e da UE, deve **facilitar e apoiar estratégias locais** com soluções económicas, sociais e ambientais inteligentes ao nível local, ex: estratégias integradas de biodiversidade, energia e clima.
- A que programas de financiamento (FSE, Horizon...) sejam mais inclusivos para os cidadãos e ONG.

LEADER, Smart Villages

O Parlamento Rural Europeu pede

- Apoio ao **desenvolvimento local de base comunitária** e ao envolvimento ativo de organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e implementação do desenvolvimento rural.
- **A extensão do programa de Smart Villages** para que inclua todas as formas de inovação, e para o reconhecimento do papel fundamental das pequenas cidades enquanto pontos focais para a inovação nas regiões rurais da Europa.
- **Alargamento do papel do LEADER**, como meio crucial de disponibilizar fundos europeus e nacionais de maneira a atender às necessidades específicas de cada território e a aproveitar a energia e os recursos dos setores público, privado e da sociedade civil. Os Grupos de Ação Local devem poder prosseguir a abordagem DLBC e incluir financiamento de diferentes fundos europeus e nacionais e devem ter um maior grau de autonomia e flexibilidade no uso dos fundos.
- **A afetação e a delimitação de fundos especificamente para a inovação liderada pelas comunidades** através de Smart Villages em todos os fundos geridos por meio de GAL e - quando não disponíveis - através de organizações de desenvolvimento nacionais ativas de cidadãos rurais, especialmente em animação e capacitação.

Questões temáticas e outras

O Parlamento rural Europeu pede

- Incentivar a retenção / criação de empregos nas explorações agrícolas e apoiar a cooperação entre **pequenos agricultores**.
- Manter e reforçar mecanismos de apoio ao **empreendedorismo rural**.
- Aumentar o enfoque nas necessidades dos **jovens nas áreas rurais** e no apoio aos jovens agricultores e jovens empreendedores, que podem constituir o novo motor do desenvolvimento rural.
- Maior investimento em medidas de combate às **alterações climáticas** e de mitigação dos seus impactos nas regiões rurais e perceber a forte contribuição que os territórios e comunidades rurais podem dar para gerar energia renovável, promover economias circulares e ecológicas e fornecer



Co-funded by the
Europe for Citizens Programme
of the European Union



proteção a longo prazo aos recursos naturais: estes devem continuar a ser elementos obrigatórios nos programas de desenvolvimento rural.

- Um programa mais alagado de **trabalho em redes, capacitação e intercâmbio** entre atores rurais e governos em todos os países europeus, incluindo a continuação da valiosa Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (rede PAC) e a extensão do programa Erasmus + para incluir todos os participantes ativos em atividade de desenvolvimento rural.
- Um processo acelerado de adesão ou apoio formal aos **países do Sudeste da Europa**, com programas reforçados de desenvolvimento rural, incluindo o LEADER. Os atores do desenvolvimento rural nesses países devem ter plena capacidade de participar em redes e intercâmbios multinacionais com parceiros da UE.
- Apoio à transformação do AKIS (Agricultural and Knowledge Innovation Systems – Sistemas de Inovação e Conhecimento Agrícola) no **ARKIS** (Agricultural and RURAL Knowledge and Information Systems – Sistemas de Inovação e Conhecimento Agrícola e Rural), um sistema mais amplo e intersetorial.